

POSSE DO MINISTRO ILMAR GALVÃO NA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL*

NILSON VITAL NAVES

Ministro Superior Tribunal de Justiça

Tão sedutora e tão prazerosa era a referência à nobre Bahia, com a qual Diniz de Andrada, aqui nesta sala, naquelas sessões que entravam pela noite adentro, iniciava os seus relatórios e votos, que à referência aderíamos sem pestanejar, sabedores todos nós, os seus pares e os que, todas as noites, assistiam e assistem às nossas intermináveis sessões, que o freqüente emprego do adjetivo também era o de já prestar homenagem à pessoa cativante, prazenteira e exemplar de Ilmar Nascimento Galvão, nobre filho da nobre Bahia, a quem o Tribunal Superior, neste início de noite, em momento tão especial, reitera aquela e lhe presta solenemente outras homenagens.

Mal saímos de um pleito, que de todo não se ultimou — por estas salas e corredores ainda caminham e correm algumas demandas eleitorais —, corpos e espíritos estão já voltados para o novo pleito eleitoral. Num abrir e fechar d'olhos, as próximas eleições estarão batendo às nossas portas. Isso não é mau, é até muito bom, porquanto a democracia representativa só se torna viável à medida que se realizam eleições democráticas, conciliando ou desarmando conflitos. Como se sabe, a democracia fracassou nos anos trinta, entre outras causas, pela falta de eficaz tutela do direito de eleger e de ser eleito, mas renasceu na metade dos anos quarenta, e esse seu renascimento tornou a despertar em todos a importância e a eficácia do controle desse processo, a bem da legitimidade e da verdade eleitorais.

No entardecer do dia 13.6.1996, lembro que, desta mesma cadeira, em solenidade análoga à atual, registrei preocupações de todos

* Palavras proferidas em 19/6/1997, no TSE.



quantos lidam com as coisas da Justiça Eleitoral, tais como a fidelidade partidária, o fortalecimento dos partidos políticos, o financiamento das campanhas, os casos de inelegibilidade, a ação rescisória etc.

De lá para cá, infelizmente, não se mexeu em nada. Talvez seja pela falta de oportunidade ou de tempo. Ninguém sabe! Certamente se tem informação de que já era tempo de se adotar lei de maior amplitude, não para disciplinar exclusivamente uma só eleição, mas lei dispondo de vigência, eficácia e validade maior, de modo a reger as eleições que se sucederem, principalmente no momento em que já se decidiu, mediante emenda, pela reeleição, azado momento para igualmente se preocupar com o denominado “uso da máquina administrativa”, apertando-se-lhe a cravelha. Mas a iniciativa em tramitação, pelo que se tem conhecimento, é de lei que estabelece unicamente normas para as eleições de 3 de outubro de 1998. O vezo de se editarem leis fora de esquadro resulta no que aconteceu, por exemplo, com a invulgar letra g dos casos de inelegibilidade, ou com a lei que permitiu a ação rescisória no âmbito eleitoral; que decepção a mim me causaram, de tão desarrazoadas e sem *glamour*, de tão inconvenientes e casuísticas, revelando-se incompatíveis com os princípios informadores da administração pública direta, indireta ou fundacional!

Entrementes, para que não digam que não falei de flores, afinal daquilo que deu certo, falo-lhes então sobre o voto informatizado e, em verdade, digo-lhes que foi reconhecidamente um sucesso em ambos os turnos das últimas eleições. Vejam que, no segundo turno, entre o encerramento da votação e a divulgação completa dos resultados, mediou apenas o espaço de nove horas. De fraude, não se teve notícia. Se houve indiferença ou oposição relativa à utilização da urna eletrônica – e não é que houve! –, tal foi superado, e creio que os opositores hoje estão arrependidos. Quem tem ouvidos, ouça! Quanto às eleições de 1998, pensa-se na utilização dessas urnas em 1.031 municípios, em locais com número de eleitores igual ou superior a 17.000.



Ora, tudo começou na presidência Néri da Silveira, com o recadastramento; caminhou proveitosamente na presidência Carlos Velloso, e o voto informatizado culminou e se consubstanciou na presidência Marco Aurélio.

Pois, sob o altivo e firme comando do Ministro Marco Aurélio, o processo eleitoral de 1996 teve perfeito desfecho de mérito. “Ao se afastar desta Corte”, discursou aqui o Ministro Costa Porto, na sessão do dia 27, a última sob a presidência de S. Ex^a.

“... Vossa Excelência (Sr. Ministro Marco Aurélio) não deixa pegadas frouxas nas areias do tempo, mas marcas indelévels, que se juntam às que tanto dignificaram este Tribunal.

Quase ao final de sua trajetória tão santificada, o apóstolo Paulo disse: ‘Completei a jornada, combati o bom combate, guardei a fé’.

Vossa Excelência nem chegou ao meio de sua jornada, mas vem combatendo, sempre, o bom combate e permite, aos que o acompanham, que guardem a fé em nossa Justiça.”

Ilmar Galvão idealizara para si a engenharia. Sensível reflexão, era esse o pensamento que consigo trazia aos dezoito anos de idade, quando, recém-ingressado no Banco do Brasil, deixava a cidade baiana de Jequié com destino à capital do Estado de São Paulo. Porém mudou de idéia às vésperas dos exames vestibulares, para o gáudio e o bem de todos, inclusive dos porvindouros engenheiros que, se perderam exemplar e particular companheiro, ganharam, como todos iríamos ganhar, o honesto, sábio e modelar magistrado. Encantado já estava pelo fascinante mundo do Direito ao se transferir para a cidade do Rio de Janeiro e lá sucumbiu à tentação, entrando na Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil, “que reunia, então”, segundo suas próprias palavras, “em seu corpo docente uma das mais luminosas constelações de cultores do Direito que já se formara nesse País”.

Foi a sua turma paraninfada pelo inesquecível mestre Hermes Lima, de cuja preciosa lição sempre se recorda, a de que “o primeiro dever do Juiz é sentenciar”. “Procurei, assim”, disse Ilmar Galvão ao se despedir do Superior Tribunal de Justiça, naquela tarde de 25 de junho de 1991, “a cada minuto passado nesta Corte, trabalhar — e trabalhar incessantemente — na preocupação de atender a esse primeiro direito da parte, que é o de obter a sua sentença...”

Mas o trabalho em si, sendo como é e como sempre foi enorme para aqueles que com afinco se põem ao serviço das coisas próprias da Justiça, de há muito não lhe era indiferente, porquanto ao trabalho em geral dedicou-se desde a adolescência. Sendo o segundo dos seis filhos dos saudosos Ananias Leal e Otília Nascimento, Ilmar Galvão madrugou no trabalho e, como popularmente se conta que os madrugadores são sempre ajudados, o trabalho precoce e ingente abriu-lhe os caminhos. Modestamente confessou, no início da tarde de 31 de outubro de 1985, em sua primeira sessão plenária no Tribunal Federal de Recursos: “Tive de abrir caminho pelo trabalho. E o trabalho é o único título que posso apresentar neste momento, a justificar tão grande honra.”

Foi, naquela ocasião, modesto e foi sabiamente humilde, como o é nos dias de hoje e como, temos certeza, o será nos vindouros. Mas foi aí que cresceu e se agigantou, exatamente aí, conforme a prudente e sábia advertência do imortal poeta Thomas Eliot: “A única sabedoria que podemos pretender adquirir/É a sabedoria da humildade: a humildade é infinita.”

Restaurada entre nós, em fins de 1965, a Justiça Federal, Ilmar Galvão, após aprovação do Senado Federal, foi nomeado Juiz Federal. Coube-lhe, na companhia de outros notáveis – dentre os quais estão Carlos Madeira, cuja vaga veio a ocupar no Tribunal Federal de Recursos; Aldir Passarinho, a quem sucedeu no Supremo Tribunal Federal;

o nosso Vice-Presidente, Néri da Silveira; José de Jesus Filho, Ministro Substituto deste Tribunal pela representação do Superior Tribunal; e Américo Luz, que será empossado, no próximo dia 23, na Presidência do Superior Tribunal de Justiça –, coube-lhe, pois, na companhia desses e de outros notáveis magistrados, instalar a Justiça, à qual sempre esteve reservado papel de alta preponderância, como órgão de um poder no corpo social, o que corretamente antevia Campos Salles naquela Exposição de Motivos de 1890.

Judicou no Acre e em Rondônia; naquele estado participou do Tribunal Regional Eleitoral e, daquela Seção Judiciária, veio para à do Distrito Federal. Aqui em Brasília, disse ele, em certa ocasião — como se os seus jurisdicionados desse fato não fossem testemunhas —, que não poupou domingos nem feriados. Aliás, esse marcante traço de sua personalidade, lembrado linhas atrás, qual o da extrema dedicação à atividade judicante, foi também lembrado e ressaltado em alta voz no Senado Federal, quando da arguição pública feita por aquela Casa do Congresso Nacional após a sua indicação para Ministro do Supremo Tribunal Federal. Judicando na 2ª Vara Federal, nesta Capital, impressionou o meio jurídico da época, tal a sua ligeireza e segurança ao proferir sentenças.

Nomeado pelo presidente da República, por decreto de 16 de outubro de 1985, Ilmar Galvão tomou posse no cargo de Ministro do Tribunal Federal de Recursos naquele mesmo mês de outubro. Era a sexagésima quarta vaga na história daquele tão lembrado Tribunal e decorria da nomeação de Carlos Madeira para o Supremo Tribunal. Ali, reecontrou-se com Washington Bolívar, que fora, em Jequié, na Escola Técnica de Comércio, seu professor e que viria a presidir, em 22.11.1987, no recinto da Câmara de Jaguaquara, a sessão solene que agraciava Ilmar Galvão com honroso título.

Sempre saudado por onde passa, quer no desempenho de atividades ligadas à iniciativa privada, quer no exercício do magistério, que também começou cedo, e hoje – até não sei como lhe sobra tempo – na Universidade de Brasília, professa Teoria Geral de Direito Privado; saudado sempre o é, como o foi pelo Ministro Hélio Mosimann na última sessão de que participou na 2ª Turma do Superior Tribunal de Justiça:

“Poucas vezes, nos meus trinta anos de atividade judiciária, encontrei um Juiz tão completo, um homem tão permeado dos atributos do julgador, como vim encontrar aqui na pessoa de Ilmar Galvão: sábio, sereno, independente e corajoso, conhecedor profundo das coisas do Direito, aberto ao diálogo e também à renúncia de suas posições, quando isso se impunha; sério, preocupado com a Justiça e com os Juízes. Tudo isso, sabendo como sabemos qual o seu destino, povoa as nossas consciências de tranquilidade. E se alimentávamos a esperança de ter, um dia, mais um dos nossos no Supremo Tribunal Federal, confiamos em que lá estará o mesmo homem que sempre admiramos, o mesmo Juiz e o mesmo amigo. Essa é a nossa inabalável certeza.”

De igual modo, pelo Ministro Américo Luz, nas homenagens que lhe foram prestadas pelo Superior Tribunal em sessão solene de 25 de junho de 1991:

“... faz-nos forçoso dizer: caráter, bondade, honestidade e dedicação ao estudo e ao trabalho; inequívoca vocação para o exercício da magistratura; inteligência e percepção atilada dos fatos; capacidade para reconsiderar-se, quando convencido de haver solução mais judiciosa.

Caríssimo Ministro Ilmar Galvão: sua justa nomeação para integrar a Suprema Corte de Justiça do País significa mais uma honrosa deferência do Poder Executivo a este Superior Tribunal de Justiça...”

A Vice-Presidência será exercida pelo Ministro José Néri da Silveira. Se as benfazejas horas sempre voltam às mesmas horas, tal o exemplo de quem aqui, em bom momento à Casa está tornando, Casa que é mais sua do que nossa, pois a integrou em dois outros momentos: num pela representação do Federal de Recursos, noutro pela representação do Supremo Tribunal, e presidiu-a no período de 1985 a



1987, quando realizou o recadastramento eleitoral e deu início ao processo de informatização do voto.

Tivemos um excelente amigo comum, que também presidiu este augusto Tribunal entre 9.11.1978 e 19.8.1980, de quem sempre me recorde com profunda saudade. Leitão de Abreu não foi, Ministro Néri, um sábio, de saber com sabor, alguém *que a lu tous les livres*?

Sr. Presidente, antes que outras funções existissem, a de julgar é. Precedera às demais, imemorialmente. Admite-se tenha existido sociedade sem leis (e até que exista!), o que se não admite é que existisse sociedade sem juízes, sem alguém com a incumbência de resolver os conflitos. Historicamente, não se duvida seja isso verdadeiro. Admite-se até fosse possível a cumulação de funções como a de politicamente governar e a de judicialmente decidir, mas jamais se admitiu fosse viável sociedade sem que alguém estivesse designado para solucionar os litígios. Até porque, na sábia observação do barão de La Brède et Montesquieu, a lei não é senão a razão humana, no sentido de que, imemoriavelmente, governa todos os povos da Terra.

Por aí se vê, desde tempo de que não há memória, o alto conceito da função judicial: o de solucionar as contendas, o de tutelar direitos etc, seja na esfera privada seja na esfera pública. Mercê e graças ao seu Judiciário, os Estados Unidos se converteram numa nação forte e poderosa, e sua Constituição, numa lei básica efetiva.

Ultimamente, ser juiz nesta terra tão cantada em verso e prosa não tem sido fácil! O Judiciário tem defeitos, disso ninguém duvida! Não lhe cabe, entretanto, responder, como desavisadamente se prega deva ele responder, por ato, fato, culpa ou omissão de terceiros. O recente episódio das liminares, que de mote serviu à imprensa falada, escrita e televisada, decorre de simples má distribuição das competências constitucionais, que a tempo e a hora se tentou corrigir, e me permitam

louvar a iniciativa e o trabalho de quem esteve à frente do processo, mas a revisão do art. 3º das Disposições Transitórias não vingou. Obviamente, não foi por culpa do Judiciário. É certo que o nosso Judiciário precisa ser revisto, emendado e ampliado. Urge que se façam e que lhe façamos reformas.

A função judiciária não é de fácil desempenho. Ser juiz é desafiante, perturbador e preocupante. Se lhe faltam a bolsa e a espada, nunca lhe faltaram a consciência e a capacidade. Não tem o juiz compromisso, senão com a Constituição e a lei. Em tal aspecto, carece de controle externo, embora não careça de controle interno.

Ser juiz talvez valha a pena, porque o juiz não tem a alma pequena. É um sonhador, sonha todo dia em dar corretamente a cada um o que é seu. “Ouvi, uma vez”, disse V. Ex^a., Sr. Presidente, ao se despedir do Superior Tribunal de Justiça, “que é justamente a possibilidade de se realizar um sonho que torna a vida um delicioso desafio. Vida sem sonho é sinônimo de desânimo, de desinteresse”.

Somos sonhadores. Não temos a alma pequena. Acho até que temos, à semelhança dos imortais iluministas, duas almas: uma sabiamente louca e a outra loucamente sábia.

Receba o nobre filho de Jaguaquara, Ministro Ilmar Galvão, e o nobre filho de Lavras do Sul, Ministro Néri da Silveira, o abraço amigo dos colegas Maurício Correa, Costa Leite, José Eduardo, Costa Porto e o meu.